

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

• Receita com operações de assistência à saúde

Os prêmios da Operadora totalizaram, em 2024, R\$ 6.398,8 milhões, um aumento de R\$ 2.044,9 milhões ou 47,0% em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas

Em 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 5,4%, uma diminuição de (1,28) ponto percentual em relação ao exercício anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou, em 2024, R\$ 129,4 milhões, um aumento de R\$ 43,6 milhões, ou 50,8% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2024, foi de 92,2%, uma diminuição de -0,05 ponto percentual em relação ao exercício anterior. Esta variação decorre principalmente de uma diminuição de -0,02 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2024, foi de 90,4%, uma diminuição de -0,05 ponto percentual em relação ao exercício anterior, também justificado pela redução da sinistralidade.

• Resultado líquido e por ação

Em 2024, o Resultado totalizou, em 2024, R\$ 348,7 milhões, registrando um aumento de R\$ 231,3 milhões ou 197,1% em relação ao exercício anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço da estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança.

Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social

1.1: Temas materiais associados:

- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas

2. Estratégia Climática e Circularidade

2.1: Temas materiais associados:

- Descarbonização e emissões de GEE
- Gestão de Resíduos

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

3.1: Temas materiais associados:

- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
- Investimentos Sustentáveis

4. Engajamento da Cadeia de Valor

4.1: Temas materiais associados:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Gestão da cadeia de valor
- Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
- Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguradas - Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Longo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detratador é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		1.408.472	859.302	Circulante		1.585.196	1.041.938
Disponível	7	293.798	24.065	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	1.329.133	925.858
Realizável		1.114.674	835.237	Provisão de prêmios/contraprestações		239.692	171.445
Aplicações financeiras	8.1	724.507	638.011	Provisão de contraprestação/prêmio não ganho - PPCNG		236.504	167.704
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		463.645	561.669	Provisão para remissão		3.188	3.741
Aplicações livres		260.862	76.342	Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.895	1.455
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		94.480	65.203	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		538.665	378.577
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	9.1	86.263	60.616	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		548.881	374.381
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		6.473	3.842	Débitos de operações de assistência à saúde		26.477	22.811
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.744	745	Prêmios a restituir		363	77
Despesas diferidas	10	166.570	59.229	Receita antecipada de contraprestações/prêmios		12.020	9.555
Créditos tributários e previdenciários	12	2.270	1.240	Comercialização sobre operações		14.094	13.179
Bens e títulos a receber	11	125.181	70.439	Provisões		19.541	7.476
Despesas antecipadas		1.666	1.115	Provisão para IR e CSLL		19.541	7.476
Não circulante		2.138.024	1.605.801	Tributos e encargos sociais a recolher		47.055	20.845
Realizável a longo prazo		1.554.488	1.020.037	Débitos diversos	17	162.990	64.948
Aplicações financeiras	8.1	633.184	234.258	Não circulante		277.926	252.604
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		633.184	234.258	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	3.861	5.120
Créditos tributários e previdenciários	12	160.795	145.475	Provisão para remissão		3.568	4.938
Despesas diferidas	10	532.645	424.438	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		293	182
Depósitos judiciais e fiscais	13	227.279	215.842	Provisões		268.421	241.134
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		585	24	Provisões para tributos diferidos	12.2.3	20.967	14.328
Imobilizado	14	515.315	530.460	Provisões para ações judiciais	18.1	247.454	226.806
Imóveis de uso próprio		515.130	530.201	Débitos diversos	17	5.644	6.350
Imóveis - não hospitalares		515.130	530.201	Patrimônio líquido		1.683.374	1.170.561
Imobilizado de uso próprio		185	259	Capital social	19 (a)	1.282.243	1.041.753
Imobilizado - hospitalares		185	259	Reservas		401.435	129.736
Intangível	15	68.221	55.304	Reservas de lucros	19 (b)	401.435	129.736
Total do ativo		3.546.496	2.465.103	Ajustes de avaliação patrimonial		(304)	(928)
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.546.496	2.465.103

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		6.327.971	4.310.110
Receitas com operações de assistência à saúde		6.398.825	4.353.898
Prêmios retidos	20	6.396.901	4.353.960
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		1.924	(62)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(70.854)	(43.788)
Sinistros retidos		(4.889.691)	(3.428.795)
Sinistros conhecidos ou avisados	21	(4.715.192)	(3.295.033)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(174.499)	(133.762)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.438.280	881.315
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		4.793	3.174
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(94.393)	(78.031)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(81.757)	(78.331)
Provisão para perdas sobre créditos		(12.635)	300
Resultado bruto		1.348.681	806.458
Despesa de comercialização		(514.371)	(394.552)
Despesa administrativa	22	(342.772)	(288.715)
Resultado financeiro líquido	23	129.379	85.811
Receita financeira		155.592	114.043
Despesa financeira		(26.213)	(28.232)
Resultado patrimonial		7.979	-
Receita patrimonial		7.979	-
Resultado antes dos impostos e participações		628.896	209.002
Imposto de renda	12.3	(138.840)	(46.874)
Contribuição social	12.3	(82.049)	(28.593)
Impostos diferidos	12.3	(7.347)	7.539
Participações sobre o lucro		(52.000)	(23.737)
Resultado líquido do exercício		348.660	117.337
Quantidade de ações	26	32.220	30.371
Resultado líquido por ação básico e diluído	26	10,8212	3,8635

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado líquido do exercício	348.660	117.337
Outros resultados abrangentes	624	(1.077)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	1.041	(1.795)
Efeitos tributários	(417)	718
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	349.284	116.260

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, Torre B, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo - SP, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Operadora foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Operadora faz parte da vertical de saúde, sendo uma controlada direta da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A..

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa da ANS nº 528/2022 e alterações posteriores, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela ANS.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Operadora opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, contraprestações a receber) de segurados, títulos e créditos a receber que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Operadora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Operadora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda com consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Operadora utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre contraprestações/prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVOS IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Operadora. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.5 CONTRATOS DE SEGUROS E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Operadora emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais de Provisão (NTAPs), salvo as provisões que seguem as regras básicas dispostas na Resolução Normativa nº 574/2023 da ANS, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPCNG) é calculada "pro rata" dia, com base nas contraprestações/prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de contraprestações/prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PEL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador de atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Operadora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/2023. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Operadora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 76,9%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Operadora e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Operadora dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de obrigação legal (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de contraprestação/prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPCNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- da provisão para risco de créditos ("impairment"); e
- das provisões técnicas.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de plano de saúde	6.546.216	4.469.582
(+) Resgates de aplicações financeiras.....	2.555.633	1.947.580
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde.....	(4.590.709)	(3.168.288)
(-) Pagamentos de comissões	(709.006)	(546.695)
(-) Pagamentos de pessoal.....	(108.112)	(85.197)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(66.407)	(43.493)
(-) Pagamentos de tributos	(491.169)	(279.347)
(-) Pagamentos de processos judiciais.....	-	(42)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(26)	(36)
(-) Aplicações financeiras	(2.927.122)	(2.049.098)
(-) Outros pagamentos operacionais	(422.168)	(164.988)
Caixa líquido das atividades operacionais	(212.870)	79.978
Atividades de investimentos		
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos... ..	269.445	-
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível.....	(6.978)	(5.457)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos.....	(41.123)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	221.344	(5.457)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro.....	240.490	14.500
(+/-) Recebimentos/pagamentos da atividade de financiamento	20.769	(65.109)
Caixa líquido das atividades de financiamento	261.259	(50.609)
Variação de caixa e equivalente de caixa.....	269.733	23.912
Caixa - saldo inicial.....	24.065	153
Caixa - saldo final.....	293.798	24.065
Ativos livres no início do exercício.....	95.090	100.695
Ativos livres no final do exercício.....	554.660	95.090
Aumento/(redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	459.570	(5.605)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Operadora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo contraprestações a receber. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Operadora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Operadora adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Operadora para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o apetite ao risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Operadora não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto. A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 100,0% (98,7% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

(b) **Inadimplência nas contraprestações/prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento das contraprestações dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Operadora, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Operadora possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

continua →

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Operadora está exposta (i):

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
À vista/sem vencimento.....	296.228	547	335.822	-
Fluxo de 1 a 30 dias.....	638.708	307.627	145.669	439.256
Fluxo de 2 a 6 meses.....	18.887	891.499	11.762	456.970
Fluxo de 7 a 12 meses.....	12.518	33.583	6.958	29.365
Fluxo acima de 1 ano.....	1.713.646	18.712	834.176	15.231
	2.679.987	1.251.968	1.334.387	940.822

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos às parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	44,8%	39,6%
Prefixados.....	28,9%	33,0%
Inflação (IPCA/IGPM).....	26,3%	26,7%
Ações.....	-	0,2%
Outros.....	-	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024:

Fator de Risco	Cenário (I)	Impacto (II)
	+ 50 b.p.	(44.240)
	+ 25 b.p.	(23.030)
	+ 10 b.p.	(9.443)
Índices de preços.....	- 10 b.p.	9.443
	- 25 b.p.	23.030
	- 50 b.p.	44.240
	+ 50 b.p.	(18.722)
	+ 25 b.p.	(9.799)
	+ 10 b.p.	(4.025)
Juros prefixados.....	- 10 b.p.	4.025
	- 25 b.p.	9.799
	- 50 b.p.	18.722
	+ 50 b.p.	(3.689)
	+ 25 b.p.	(3.074)
Juros pós-fixados.....	+ 10 b.p.	(2.459)
	- 10 b.p.	2.459
	- 25 b.p.	3.074
	- 50 b.p.	3.689

(i) B.P. = "basis points"

O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Operadora já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Operadora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCESA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Operadora está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Premissas atuariais	(22.593)	(44.865)
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(39.116)	(60.333)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios, Resolução Normativa ANS nº 569/22, e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido.....	1.683.374	1.170.561
Despesas diferidas.....	(699.215)	(483.667)
Intangível.....	(68.221)	(55.304)
Despesas antecipadas.....	(1.666)	(1.115)
Patrimônio líquido ajustado.....	914.272	630.475
Capital base (I).....	11.702	10.883
Capital baseado em risco (II) (*).....	850.367	568.634
Capital regulatório (maior entre I e II).....	850.367	568.634
Suficiência de capital (**).....	63.905	61.841

(*) Foi aprovada pela ANS a partir do 2º trimestre de 2023 a utilização de fatores reduzidos para o cálculo do Capital Regulatório, uma vez que a Operadora está em conformidade com todos os requisitos constantes no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 518/2022.

(**) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. DISPONÍVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*).....	258.817	5.317
Depósitos bancários.....	34.981	18.748
	293.798	24.065

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Fundos exclusivos				
LFTs.....	724.507	724.507	346.985	346.985
LTNs.....	-	-	279.495	279.495
Letras financeiras - privadas.....	-	-	2.389	2.389
Ações de companhias abertas.....	-	-	1.696	1.696
NTNs-B.....	-	-	88	88
Outros.....	-	-	7.358	7.358
Total - circulante.....	724.507	724.507	628.264	9.747
Aplicações financeiras em garantia.....	463.645	463.645	561.669	561.669
Aplicações financeiras livres.....	260.862	260.862	76.342	76.342

8.2 MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos		
NTN-B (*).....	425.168	234.258
LTN.....	208.016	-
Total - não circulante.....	633.184	234.258
Aplicações financeiras em garantia.....	633.184	234.258

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 598.056 (R\$ 233.517 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial.....	896.334	662.620
Aplicações.....	2.930.439	2.073.163
Resgates.....	(2.303.738)	(1.931.481)
Rendimentos.....	128.454	92.032
Saldo final.....	1.651.489	896.334

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

A Operadora possui saldo de aplicações financeiras classificados no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para garantia das provisões técnicas, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*).....	2.041.656	1.093.560
Passivo circulante.....	1.585.196	1.041.938
Índice de liquidez corrente.....	1,29	1,05

(*) Total do ativo circulante, somando aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados no longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

9. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

9.1 CONTRAPRESTAÇÕES/PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Prêmios a receber	Prêmios a receber - perdas	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber - perdas líquido
A vencer.....	45.176	(42)	45.134	22.225
Vencidos de 1 a 30 dias.....	32.223	(991)	31.232	28.092
Vencidos de 31 a 60 dias.....	6.374	(629)	5.745	3.869
Vencidos de 61 a 90 dias.....	2.460	(573)	1.887	1.911
Vencidos de 91 a 120 dias.....	2.159	(840)	1.319	1.890
Vencidos de 121 a 180 dias.....	2.422	(1.594)	828	2.566
Vencidos de 181 a 365 dias.....	2.860	(2.742)	118	2.054
	93.674	(7.411)	86.263	62.607

10. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial.....	483.667	296.475
Constituição.....	578.952	564.536
Apropriação para despesa.....	(363.404)	(377.344)
Saldo final.....	699.215	483.667
Circulante.....	166.570	59.229
Não circulante.....	532.645	424.438

O prazo médio de amortização é de 53 meses (34 meses em 2023), o estudo foi atualizado em setembro de 2024.

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Adiantamentos para despesas e outros créditos.....	44.196	40.022
Indenização de sinistros.....	41.112	14.768
Contas a receber - Fundação Itaú.....	37.191	13.726
Transações com partes relacionadas (*).....	2.682	1.923
	125.181	70.439

(*) Vide nota explicativa nº 25.

12. TRIBUTOS

12.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos (*).....	160.795	145.475
CSLL.....	22	85
IRPJ.....	1.295	28
Outros.....	953	1.127
	163.065	146.715
Circulante.....	2.270	1.240
Não circulante.....	160.795	145.475

(*) Vide nota explicativa nº 12.2.1.

12.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

12.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Consti-tuição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais.....	87.493	109.820	(105.987)	91.326
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.....	35.089	18.383	(2.799)	50.673
Provisão sobre processos judiciais - civéis e trabalhistas.....	5.863	6.910	(3.123)	9.650
Provisão para riscos de créditos.....	5.139	14.737	(15.188)	4.688
Provisão de participação de lucros.....	8.328	19.908	(27.910)	326
Outras provisões.....	3.563	3.805	(3.236)	4.132
	145.475	173.563	(158.243)	160.795

12.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em.....	149.758	7.059	2.218	245	220	-	1.295

12.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Consti-tuição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa				
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos.....	14.035	11.115	(4.882)	20.268
Outros.....	293	406	-	699
	14.328	11.521	(4.882)	20.967

12.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 202
--	------------------	-----------------

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Provisão de Prêmios e Contraprestações		Provisão para Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar		Provisão de Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados		Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Não Ganhas	Remissão	Sinistros a Liquidar	Não Avisados	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023		
Saldo Inicial.....	167.704	8.679	380.214	374.381	930.978	588.664		
Constituições decorrentes de prêmios/contraprestações..	6.396.473	1.469	-	-	6.397.942	4.414.300		
Amortização pela vigência decorrida.....	(6.327.673)	(3.392)	-	-	(6.331.065)	(4.355.639)		
Aviso de sinistros/eventos.....	-	-	4.778.458	-	4.778.458	3.341.719		
Atualização monetária e juros.....	-	-	583	-	583	345		
Pagamento de sinistros/eventos.....	-	-	(4.618.402)	-	(4.618.402)	(3.192.173)		
Constituições de provisões.....	-	-	-	300.044	300.044	148.860		
Reversões de provisões.....	-	-	-	(125.544)	(125.544)	(15.098)		
	236.504	6.756	540.853	548.881	1.332.994	930.978		
Circulante.....	-	-	-	-	1.329.133	925.858		
Não circulante.....	-	-	-	-	3.861	5.120		

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2024, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6)

16.1 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

Bruto de resseguro administrativo - avisados	Dezembro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	56	76	76	107	99	151	145	179	201	5.165
Dois anos mais tarde ...	60	81	79	112	103	157	157	193	211	-
Três anos mais tarde.....	60	82	79	113	104	158	158	209	-	-
Quatro anos mais tarde	60	82	80	113	105	158	160	-	-	-
Cinco anos mais tarde ..	61	82	80	112	105	165	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	61	82	80	112	105	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde ..	61	82	80	112	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde ..	61	82	80	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde ..	61	82	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde ..	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	61	82	80	112	105	165	160	209	211	5.165
										6.350

Bruto de resseguro administrativo - pagos	Dezembro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros pagos até a data-base.....	52	70	69	93	86	132	134	165	195	4.124
Dois anos mais tarde ...	62	81	79	102	100	151	150	187	198	-
Três anos mais tarde.....	62	82	79	102	101	151	151	196	-	-
Quatro anos mais tarde	62	82	79	102	101	152	157	-	-	-
Cinco anos mais tarde ..	62	82	80	102	101	158	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	62	82	80	102	105	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde ..	62	82	80	112	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde ..	63	82	80	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde ..	63	82	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde ..	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	61	82	80	112	105	158	157	196	198	4.124
										5.273

Bruto de resseguro judicial - avisados	Dezembro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2
Dois anos mais tarde ..	1	-	1	1	1	1	1	1	-	-
Três anos mais tarde.....	1	-	3	1	1	1	1	1	-	-
Quatro anos mais tarde	1	-	3	1	1	1	1	-	-	-
Cinco anos mais tarde ..	1	-	3	1	1	1	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	1	-	3	1	1	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde ..	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde ..	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde ..	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde ..	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	1	-	3	1	1	1	1	1	1	2
										12

Bruto de resseguro judicial - pagos	Dezembro									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Montante de sinistros pagos até a data-base.....	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Dois anos mais tarde ..	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-
Três anos mais tarde.....	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-
Cinco anos mais tarde ..	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde ..	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde ..	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde ..	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde ..	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	1	-	2	-	1	-	1	-	-	5
										7

17. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Dividendos.....	82.807	-
Participação nos lucros a pagar.....	37.909	16.035
Débitos a pagar.....	16.132	26.918
Transações com partes relacionadas (i).....	16.031	15.307
Encargos trabalhistas.....	10.074	6.645
Benefícios pós emprego (ii).....	5.643	6.351
Outros.....	38	42
	168.634	71.298
Circulante.....	162.990	64.948
Não circulante.....	5.644	6.350

(i) Vide nota explicativa nº 25.

(ii) Vide nota explicativa nº 24.2.

18. PROVISÕES JUDICIAIS

18.1 PROVÁVEIS

A Operadora é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a).....	223.329	212.149
Cíveis.....	23.650	14.164
Trabalhistas.....	475	493
	247.454	226.806

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (i).....	190.276	182.228
PIS (ii).....	28.027	26.868
Outros (iii).....	5.026	3.053
	223.329	212.149

(i) COFINS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a decisão do Recurso Extraordinário 609.096.

(ii) PIS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 609.096.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Operadora.

18.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 ...	212.149	493	14.164	226.806
Constituições.....	1.838	603	32.008	34.449
Êxito/reversões.....	(240)	(266)	(22.967)	(23.473)
Pagamentos.....	-	(390)	(1.151)	(1.541)
Atualização monetária.....	9.582	35	1.596	11.213
Saldo em 31 de dezembro de 2024 ...	223.329	475	23.650	247.454
Quantidade de processos.....	8	9	1.298	1.315

18.2 POSSÍVEIS

A Operadora é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (i).....	36.398	28.243
Cíveis.....	8.926	5.813
Trabalhistas.....	15	1
	45.339	34.057

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 28.419 (R\$ 21.418 de possível impacto no lucro líquido).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 1.282.243, divididos em 36.287.351 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1.041.753 em 31 de dezembro de 2023 divididos em 30.879.681 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas no exercício de 2024 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de fevereiro de 2024.....	10.000	255.968
28 de maio de 2024.....	7.500	179.802
28 de junho de 2024.....	23.990	568.865
30 de julho de 2024.....	24.000	561.524
30 de agosto de 2024.....	27.000	616.931
27 de setembro de 2024.....	20.000	451.654
31 de outubro de 2024.....	50.000	1.108.658
27 de dezembro de 2024.....	78.000	1.664.268
	240.490	5.407.670

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 63.702 (R\$ 46.268 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS E OUTRAS

Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessas reservas será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R\$ 337.733 (R\$ 83.468 em 31 de dezembro de 2023).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Lucro líquido.....	348.660	117.337
(-) Reserva legal - 5%.....	(17.433)	(5.867)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	331.227	111.470
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	82.807	27.868
Dividendos complementares.....	-	11.132
Total de dividendos.....	82.807	39.000
Total por ação (R\$).....	2,5700	1,2841
Quantidade de ações.....	32.220	30.371

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Serviços Médicos	2.473	1.674	-	-
Porto Seguro Saúde Ocupacional	144	241	-	-
Portomed	65	7	-	-
Porto Cia	-	-	15.309	13.463
Porto Seguro S.A.	-	-	722	1.513
	2.682	1.922	16.031	14.976
Receitas		Despesas		
Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	
Porto Cia	146.516	134.863	(171.818)	(142.691)
Porto Atendimento	34.923	25.933	(17.885)	(13.982)
Serviços Médicos	24.322	20.220	-	-
Porto Consórcio	10.239	9.021	-	-
Portoseg	5.792	4.656	-	(204)
CDF	5.072	-	-	-
Porto Saúde Ocupacional	2.671	3.820	(1.754)	(1.439)
Azul Seguros	2.510	6.440	-	-

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Asset Management	1.176	1.358	(325)	(829)
Mobitech	1.088	1.595	-	-
Porto Vida	966	827	-	-
Crediporto	691	530	-	-
Itaú Auto e Residência	690	637	-	-
Porto Renova Nova	528	-	-	-
Portomed	362	681	-	-
Porto Renova	320	529	-	-
Portopar	287	292	-	-
Porto Gestora	281	-	(572)	-
Porto Serviços	228	292	-	-
Porto Assistência Participações	160	-	-	-
Porto Capitalização	58	40	-	-
Porto Assistência (i)	-	2.647	-	-
Proteção e Monitoramento	-	17	-	-
Porto S.A.	-	-	(11.923)	(14.410)
	238.880	214.398	(204.277)	(173.555)

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF em fevereiro e agosto de 2024, respectivamente.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Operadora é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Operadora não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC - 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado aos acionistas da Operadora	348.660	117.337
Média ponderada do número de ações durante o exercício	32.220	30.371
Resultado por ação básico e diluído	10,8212	3,8635

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Produto

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

PATRICIA QUIRICO COIMBRA
Diretora de Gente e Cultura

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O



INSTITUTO **Porto**

O cuidado que transforma o futuro

O Programa Jovem Aprendiz do Instituto Porto oferece oportunidades de trabalho para jovens de 17 a 22 anos em situação de vulnerabilidade social. O programa desenvolve competências técnicas e comportamentais por meio de atividades práticas e teóricas nas áreas Administrativa e de Atendimento.

213
aprendizes em 2024

37%
dos participantes foram efetivados

Todo cuidado é Porto.

